

## PT define rumos para a disputa

Fio da meada. Programa retoma eixos do Encontro de Recife, em 2001.



César Ogata

**Encontro Nacional.** Arlete Sampaio, candidata ao governo do DF, apresenta as teses da DS e Coletivos Socialistas.

**9º Concut.** Está em jogo uma CUT posicionada frente à conjuntura.

## Uma plataforma democrática dos trabalhadores

O desafio da Central Única dos Trabalhadores, em seu 9º Congresso Nacional, é pressionar para a superação dos impasses provocados por opções feitas pelo governo, criando condições para avançar.

O Congresso deve discutir o apoio à reeleição do presidente Lula, na perspectiva do avanço no projeto democrático-popular, pressionando pela aplicação da plataforma democrática que orientará as posições da CUT.

Página 6



Roberto Parzotti

Os resultados do 13º ENPT devem ser avaliados à luz da conjuntura e da luta política em curso. As teses de Conjuntura e de Diretrizes de Programa retomam o fio condutor estabelecido no 12º Encontro Nacional, de 2001, que havia sido roto pela prática do governo e da maioria da direção entre 2002 e 2005.

Essa é a principal vitória e avança no objetivo de preencher a polarização eleitoral com um conteúdo programático de enfrentamento do neoliberalismo e de superação das limitações do primeiro governo. Com a manutenção da verticalização para estas eleições, o cenário da disputa é mesmo de forte polarização entre PT e PSDB no plano nacional, e terá muita influência sobre as disputas estaduais.

O momento, agora, é de tornar as diretrizes de programa (aprovadas no 13º ENPT) em eixos de campanha.

Páginas 3 a 5

**Hidrocarbonetos.** Polêmica reacende debates na esquerda internacionalista.

## Nacionalização em questão na América Latina

Em manifestação pública quanto à nacionalização dos hidrocarbonetos pela Bolívia, o governo Lula afirmou que "a decisão do governo boliviano de nacionalizar as riquezas de seu subsolo e controlar sua industrialização, transporte e comercialização, é reconhecida pelo Brasil como ato inerente à sua soberania". Em

busca de argumentos, os neoliberais tiveram um rápido e conveniente surto "nacionalista". Esse "nacionalismo" se aplicaria contra um país pobre e fraco, mas não foi

aplicado nas relações com as potências imperialistas quando eles foram governo.

Página 8

**Livros debatem "leituras da crise" e formação política socialista.**

Página 7

# O PT e a luta do povo brasileiro

**Tarefa histórica.** Nascido da luta do povo, o PT tem desafios a cumprir.

Vânio dos Santos, Gilberto Del'Pozzo e Jacir Zimmer

Nascido da luta do povo brasileiro, dos movimentos sociais, sindicatos, base da Igreja, intelectuais de esquerda e da resistência à ditadura militar, o Partido dos Trabalhadores surgiu carregando o sonho de uma sociedade justa e igualitária. Definiu-se como partido de massas e sempre se orgulhou de ser um partido de trabalhadores e sem donos, no qual as decisões eram discutidas pela militância e tomadas de forma democrática.

Rejeitando alianças amplas e com um discurso muito afinado com os movimentos sociais, sacudimos o país e quase elegemos Lula em 89, na primeira eleição presidencial pós-regime militar. Foram mais duas tentativas de chegarmos à presidência antes de 2002, quando finalmente obtivemos êxito. Nesse período, muitas questões consideradas caras ao PT foram sendo, pouco a pouco, deixadas de lado em nome do pragmatismo eleitoral.

Em 2002, especialmente, ampliou-se a política de alianças e ainda mais a questão programática, expressa na *Carta ao Povo Brasileiro*, que contrariava o debate realizado no 12º Encontro Nacional do PT. Buscava tranquilizar o mercado e principalmente o capital financeiro, para, dessa forma, atrair os setores com interesses antagônicos aos sempre defendidos pelo PT. Embalados por décadas de lutas e acúmulo de forças, pelo patrimônio ético construído nesse período e pelo desgaste de dois governos de desmonte nacional do PSDB/PFL, conseguimos uma expressiva vitória e elegemos Lula presidente.

## A conquista do governo

A chegada de um trabalhador à presidência da República cativou boa parte da sociedade brasileira. O anúncio do Programa Fome Zero e a intenção de resolver essa dívida social se contradiziam com o anúncio de Meirelles para o Banco Central e a indicação de continuidade da política econômica de altas ta-

xas de juros e superávit primário, que vinha sendo implementada no governo anterior. Em vez de utilizar a legitimidade obtida nas urnas e a grande popularidade do presidente Lula para "fazer uma caravana de transformação do Brasil", chamando a sociedade e os movimentos sociais para discutir e implementar um projeto transformador, o governo preferiu, quase que com exclusividade, discutir a "governabilidade" nos marcos tradicionais da política brasileira, dentro da institucionalidade do Congresso Nacional e com partidos fisiológicos que sempre estiveram do outro lado da trincheira da luta do povo brasileiro.

As vozes discordantes dessa política eram tratadas como sonhadores utópicos e até estorvos daqueles que "trabalhavam pelo governo Lula", detentores da verdade absoluta. O resultado dessa política em relação ao conjunto da base partidária e a outras correntes de pensamento da esquerda democrática existentes na sociedade brasileira foi o desastre da crise de 2005, que colocou em cheque o PT e o governo. A crise,

**O ataque dos setores conservadores se justifica muito mais pela ameaça que o PT representa do que pelos erros cometidos por alguns companheiros.**

que nasceu dos erros de alguns dirigentes que chamaram para si a tomada de decisões fundamentais de um partido que foi construído para defender a maioria da sociedade brasileira, serviu e ainda serve de munição aos setores conservadores para tentar destruir o PT e o governo Lula.

É importante ressaltar que esse ataque se justifica muito mais pela ameaça que o PT representa aos setores conserva-

**Temos a tarefa de garantir a reeleição de Lula e trabalhar para que o PT saia fortalecido nas próximas eleições.**

dores do que pelos erros cometidos por alguns companheiros, embora representantes de uma visão política hegemônica dentro do partido. Pelo ódio de classe tão bem expresso no ato falho do senador Bornhausen: "A gente vai se ver livre desta raça (sic), por, pelo menos, 30 anos".

A resposta a esse ataque não veio da direção do PT ou do governo, veio dos 320 mil militantes petistas que compareceram ao PED e mostraram que o PT é muito maior que a prática equivocada de alguns de seus dirigentes. Foi também no PED que a militância manifestou sua discordância com as posições políticas que foram as principais responsáveis pela crise: a descaracterização da política de alianças e, conseqüentemente, de sustentação do governo Lula no Congresso Nacional; o afastamento dos movimentos sociais e a centralização das decisões. Fruto da construção desse debate, o companheiro Raul Pont foi ao segundo turno e por pouco mais de dois por cento dos votos não foi eleito presidente nacional do PT.

## O 13º ENPT

O documento-base do 13º Encontro Nacional do PT, construído pelas diversas forças internas, recolocou o debate coletivo para o partido. O documento repudia condutas antiéticas e aponta para a necessidade de apuração de responsabilidade de dirigentes e parlamentares acusados de corrupção. Outra grande vitória foi a retomada dos grandes eixos do 12º Encontro, que haviam sido abandonados. Apontam para um governo com participação popular e para a afirmação de políticas com um paradigma anti-neoliberal para a economia e a

sociedade brasileira, além da crítica a alguns aspectos da política econômica que está sendo aplicada.

Não tivemos o mesmo avanço em relação à política de alianças e de sustentação partidária. As propostas apresentadas pela DS e Coletivos Socialistas não foram vencedoras. As correntes Articulação de Esquerda e Movimento PT (que, no PED, que apresentaram discurso crítico às duas questões), ao se unirem à Articulação Unidade na Luta, permitiram a aprovação de uma política de alianças que inclui partidos de direita como PP, PTB, PL e PMDB. Também inviabilizaram, ainda que momentaneamente, a volta da contribuição militante mensal dos filiados.

Todo esse debate deve ser aprofundado no 3º Congresso Nacional do PT, em 2007. Até lá, temos uma grande tarefa pela frente: garantir a reeleição do companheiro Lula e trabalhar para que o PT saia fortalecido nas próximas eleições. Do ponto de vista programático, lutar para que ocorram mudanças na política econômica, com um viés anti-neoliberal, e que o governo promova maior desenvolvimento econômico e social, aprofundando o projeto transformador do PT.

Nesse sentido, consideramos fundamental o fortalecimento de um campo de esquerda dentro do partido que promova esse debate. A chapa *Coragem de Mudar*, liderada pelo companheiro Raul Pont no PED, constituiu-se num pólo crítico e construtivo para realizar essa tarefa. Isso teve continuidade no pós-PED. Por isso, nos sentimos honrados de estarmos juntos com os companheiros e companheiras da DS e demais Coletivos Socialistas na construção de uma nova corrente interna com conteúdo, disposição e força para o PT cumprir seu papel nos desafios de transformação do Brasil e da América Latina.

Vânio dos Santos, deputado estadual (PT/SC); Gilberto Del'Pozzo, secretário-geral do PT de Florianópolis, e Jacir Zimmer, presidente do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, são militantes do Movimento Socialista.

## Orgulho GLBTT

Em junho, inicia-se a jornada de mobilizações do movimento GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Neste ano, praticamente todas as Paradas do Orgulho GLBTT terão como tema a aprovação do projeto de lei que criminaliza a homofobia (Projeto de Lei nº 5.003, de 2001). É importante ressaltar avanços alcançados no Governo Lula através do Projeto Brasil Sem Homofobia, entre outros. Mais informações nas páginas [www.abglt.org.br](http://www.abglt.org.br); [www.somos.org.br](http://www.somos.org.br); [www.comunidadeglt.com.br](http://www.comunidadeglt.com.br).

## A CUT é legal

Foram enviadas ao Congresso Nacional duas medidas provisórias importantes para o sindicalismo brasileiro. Uma legaliza a existência das centrais sindicais, a outra cria o Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT). Além dessas, tramita um projeto de lei que regulamenta o funcionamento das cooperativas de trabalho. A medida provisória que reconheceu as centrais sindicais é uma antiga reivindicação da CUT. Agora, será possível negociar e assinar acordos coletivos nacionais. Essa discussão fez parte dos debates da reforma sindical no Fórum Nacional do Trabalho (FNT).

## Encontro Nacional MMM

O I Encontro Nacional da Marcha Mundial das Mulheres aconteceu entre os dias 25 e 28 de maio em Belo Horizonte/MG. Contou com a presença de 420 participantes de 23 estados brasileiros. Foi um espaço para a construção de consensos, especialmente no que se refere à organização do movimento (auto-financiamento, funcionamento, dinâmica nos estados). Tendo avançado significativamente, a Marcha segue, agora, para os desafios do período. Mais informações na página [www.sof.org.br/marcha](http://www.sof.org.br/marcha).

## EM TEMPO

### Democracia Socialista

Democracia Socialista é o jornal da Democracia Socialista, Tendência do Partido dos Trabalhadores, publicação do Instituto de Comunicação, Estudos e Formação Isaac Akcelrud

**Equipe editorial:**  
Nalu Faria, Caio Galvão, Carlos Henrique Árabe, Juarez Guimarães, Lúcio Costa, Robinson Almeida e Waldemir Catanho

**Editor:**  
Carlos Henrique Árabe

**Editora assistente:**  
Alessandra Terribili

**Projeto gráfico e diagramação:**  
Caco Bisol

**Jornalista Responsável:**  
João Brant - Mtb 33.748 DRT/SP

**Internet:**  
Marcelo Fragozo

**Fechamento:** 29 de maio de 2006

## Assinaturas

Preencha a ficha ao lado e envie junto com cheque nominal para ICEF - IA.

Rua Albuquerque Lins, 635/91 - Sta. Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001.

Se preferir, faça depósito para ICEF-IA, Banco do Brasil, Ag. 3326-x, CC. 7680-5, CNPJ 04891401/0001-30 e envie os dados do cupom, juntamente com o comprovante, por e-mail ou fax.

Fone/Fax (11) 3666.5550 e 3667.3476.

[contato@democraciasocialista.org.br](mailto:contato@democraciasocialista.org.br).

## Visite a página da DS

[www.democraciasocialista.org.br](http://www.democraciasocialista.org.br)

## JORNAL DEMOCRACIA SOCIALISTA

MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA:  NORMAL: 50,00  APOIO: 100,00  APOIO: 150,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CEP:

CIDADE:

UF:

FONE:

E-MAIL:

# PT em busca de vitória política e eleitoral

Eleições 2006. PMDB, dividido, joga conforme interesses estaduais.

Maio indicou o fim da candidatura do PMDB à presidência da República. A greve de fome do ex-candidato Garotinho foi o episódio burlesco de uma trama cuja conclusão já é conhecida. Os interesses regionais, de manutenção de governos estaduais e de eleição de expressivas bancadas se sobrepõem à tese de que o PMDB possa se constituir como um partido nacional, unificado, situado ao centro do espectro político. Na história recente do Brasil, desde a derrota de 1989, o PMDB abdicou de um projeto nacional e é assim que ele é compreendido pelos agentes políticos e pelo eleitorado.

Com a manutenção da verticalização para estas eleições, o cenário da disputa é de forte polarização entre PT e PSDB no plano nacional, e essa polarização terá muita influência sobre as disputas estaduais. Falta ainda a confirmação das candidaturas presidenciais do PDT e do PPS. De qualquer modo, essas definições não alteram significativamente o cenário das disputas.

O espaço para a candidatura do PSOL diminuiu. Sua campanha anti-Lula corre o risco de sofrer forte rejeição popular. Todas as pesquisas de intenção de voto revelam que a candidatura Lula é amplamente majoritária entre os setores mais pobres da população, o que retira do discurso oposicionista pretensamente à esquerda a tese de que o PT governa igual ao PSDB, favorecendo os "ricos e poderosos". Além disso, a grande possibilidade de a eleição ser resolvida já no 1º turno leva a que uma parcela do eleitorado que tinha intenção de votar no PSOL reveja a posição e se incline a impedir o retorno da coligação neoliberal.

## Interesses regionais

Inicia-se, agora, a corrida para as coligações estaduais. O PMDB cindido é disputado aos pedaços. Apesar de autorizada pela resolução sobre alianças do último Encontro Nacional do PT, a relação com o PMDB transmite confusão para as disputas estaduais, podendo levar ao enfraquecimento de candidaturas petistas ou mesmo ao risco de não haver candidaturas próprias do PT.

A fragmentação do PMDB não é só entre governistas e oposicionistas. É um emaranhado de relações políticas entre chefes regionais, bastante distantes das idéias republicanas. Vejamos o caso do governista senador Renan Calheiros do PMDB de Alagoas. Lá, ele apóia para o governo o senador Teotônio Vilela Filho, do PSDB. A candidata do PT é Lenilda Lima, que enfrentará dois usineiros, o



Dada a largada. Lula discursa para os participantes do 13º ENPT.

## Boas perspectivas de avanço

Fatores recentes. Em São Paulo, crescem as condições de disputar o governo estadual.

Os 20% de votos nacionais de Alckmin são devidos, principalmente, ao reconhecimento que tem em São Paulo. Porém, os trágicos episódios que abalaram o estado no segundo final de semana de maio, quando o crime organizado apavorou a população e fez tombar autoridades do governo estadual, seguramente influirão no ânimo do eleitorado.

Nesse episódio, a intervenção do presidente Lula foi importante. Restabeleceu um tema fundamental para a esquerda: o

crime precisa ser combatido na sua origem, é preciso a presença forte do Estado para universalizar o acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. É preciso criar empregos. E também é preciso uma polícia treinada, equipada e eficiente. O governo federal colocou à disposição do governo estadual forças policiais federais para ajudar na resolução da crise. O governador de plantão, o vice de Alckmin, Cláudio Lembo, do PFL, não aceitou.

Até esse episódio, o PSDB apresentava ares de franco fa-

voritismo no estado. A crise colocou em cheque a imagem de bons gerentes que os tucanos construíram ao longo de 12 anos governando São Paulo, e pode ser transformada em disputa real de projetos. Para isso, contribui o resultado da prévia paulista, que indicou Aloizio Mercadante. Ele representou a alternativa de enfrentar a disputa em São Paulo integrando-a na disputa nacional.

A maioria do povo que Lula elegeu em 2002 selou um compromisso muito forte com a mu-

dança. Sabe que muito foi realizado, mas esperava mais e ainda quer muito mais. Há muitas indicações de que essa maioria popular não vê alternativa a um novo Governo Lula para realizar essa tarefa. Parece, portanto, disposta a reeleger Lula. A contrapartida do PT e do candidato a essa generosidade – na forma do programa e de atitudes coerentes com ele – é uma condição fundamental para que se consolide o que parece muito favorável hoje e se manifeste efetivamente no dia das eleições.

já citado e João Lyra do PTB/PFL. O senador José Sarney, do PMDB do Amapá, também governista, apóia para o governo do Maranhão a sua filha, senadora Roseana Sarney, do PFL.

Em São Paulo, o presidente nacional do PMDB, Michel Temer, parece aceitar compor com o candidato José Serra do PSDB. O ex-governador Orestes Quércia parece querer voltar a ser senador. A vaga que está em disputa é a de Eduardo Suplicy, do PT. É impensável, para o PT, abrir mão da candidatura de Suplicy.

No Rio de Janeiro, o PMDB é da governadora Rosinha Mateus e do ex-presidenciável Garotinho. Não apóiam Lula nem Vladimir Palmeira, candidato do PT ao governo do estado. Nota histórica: é bom lembrar que, em 1998, o então campo majoritário da direção nacional do PT ordenou a intervenção no PT do Rio. Impedia a candidatura do PT ao governo, com Vladimir Palmeira, e obrigava a coligação com Garotinho (então no PDT), tendo Benedita da Silva na vice. A chapa foi

eleita e, depois de pouco mais de um ano, o PT rompeu com o governo.

Em Pernambuco, o atual governador Jarbas Vasconcelos, do PMDB, apóia o PFL ao governo do estado. Lá, o campo da esquerda tem duas candidaturas: Humberto Costa do PT e Eduardo Campos do PSB. Os dois apóiam Lula.

Nos três estados do sul, governados pelo PMDB – todos os governadores são candidatos à reeleição –, o PT tem candidatura. No Rio Grande do Sul, Olívio Dutra para o governo e Miguel Rossetto para o Senado. A vice será Jussara Cony, do PC do B. Em Santa Catarina, José Fritsch é novamente candidato ao governo. E no Paraná, o senador Flávio Arns é o candidato ao governo e Gleisi Hoffman ao Senado.

No Distrito Federal, o campo de esquerda também terá duas candidaturas, Arlete Sampaio do PT, atual deputada distrital e ex-vice-governadora, e o ex-ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, do PC do B.

## E tem mais

No Amazonas, o governador Eduardo Braga, do PMDB, é pró-Lula. A vaga em disputa no Senado é do famoso Gilberto Mestrinho, também do PMDB. O PT tende a formar uma coligação com o PC do B, o PSB e o PL, inviabilizando, assim, a coligação com o PMDB, que lançará a candidatura a senador do ex-ministro do governo Lula, Alfredo Nascimento, do PL. A maioria do PT do Amazonas quer apoiar a reeleição do governador Eduardo Braga, e para que isso se realize, o mais provável é que a coligação PT, PC do B, PSB e PL não apresente candidatura ao governo.

A maioria do PT no Tocantins tende a apoiar a reeleição do governador Marcelo Miranda, do PMDB, numa frente contra Siqueira Campos. Em Roraima, a maioria do PT tende a apoiar a candidatura do senador Romero Jucá, do PMDB, ao governo.

Na Bahia, a candidatura de Jacques Wagner pode se constituir numa aliança anti-ACM,

atraindo o apoio do PMDB e do PTB. Resta saber como notórios oposicionistas, tipo Geddel Vieira de Lima, do PMDB, se converterão em apoiadores de Lula.

É por tudo isso que a aprovação da política de alianças nos termos em que se deu na resolução do 13º Encontro Nacional do PT (ver artigo das páginas 4 e 5) não encontra legitimidade no conjunto dos estados, onde, em boa parte dos casos, o PT está em trincheiras opostas às desses partidos de direita, além do próprio PMDB.

Com a aliança entre PT, PC do B e PSB definida, o momento é de adiantar a construção do programa de governo, compor uma coordenação de campanha e, fundamentalmente, restabelecer o compromisso programático do PT com as mudanças. Ainda não se estabeleceu nacionalmente um discurso e uma prática de campanha com base nas definições de diretrizes programáticas do 13º Encontro Nacional do PT. Essa é a questão mais decisiva nesse momento.

# Um balanço do 13º Encontro Nacional do PT

Daqui pra frente. Retomada do debate realizado em 2001 marca Encontro.



**Não esgotou.** ENPT afirma não conviência do partido com atos de corrupção.

O 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (ENPT), que aconteceu em São Paulo entre os dias 28 e 30 de abril, contou com a presença de mais de mil delegados e delegadas de todos os estados do Brasil e do Distrito Federal entre seus cerca de 1.500 participantes.

Foram aprovadas moções de solidariedade ao povo cubano; contra a criminalização dos movimentos sociais; acerca do Sistema Brasileiro de TV Digital; acerca do posicionamento de parlamentares petistas diante da luta das mulheres pela descriminalização do aborto; além da moção de repúdio ao PPS, por conta da movimentação pró-*impeachment* desencadeada pela direção desse partido. A íntegra das resoluções e moções aprovadas pode ser encontrada na página do partido na internet, [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br).

Quanto às resoluções, é importante destacar que as teses de Conjuntura e de Diretrizes de Programa retomam o fio condutor estabelecido no 12º Encontro Nacional, de 2001, que havia sido roto pela prática do governo e da maioria da direção entre 2002 e 2005. Essa foi a principal vitória, e avança no objetivo de preencher a polarização eleitoral com um conteúdo programático de enfrentamento do

## Uma chapa para vencer o neoliberalismo

**Contradição.** Dissociação entre aliança e programa é aspecto negativo no 13º ENPT.

O debate sobre política de alianças no Encontro Nacional do PT polarizou as duas posições básicas que há muito conflitam o partido: alianças eleitorais incluindo partidos de centro e de direita ou alianças apenas com partidos de esquerda. No Encontro, essas duas posições estiveram representadas, respectivamente, pela emenda apresentada pela Articulação de Esquerda (apoiada pela Articulação Unidade na Luta e pelo Movimento PT) e pela emenda da Democracia Socialista (a-

poiada pelo campo Esperança Militante). A dissociação entre aliança e programa prevaleceu.

A resolução fala em aliança prioritária com partidos de esquerda e movimentos sociais, mas autoriza a coligação com todos os partidos, à exceção óbvia daqueles já proibidos pela verticalização, PSDB e PFL. Sua efetividade será conhecida em breve, mas o estrago na reconstrução da identidade de esquerda do PT é grande.

Dias depois do Encontro, o

presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, e o ministro Tarso Genro foram à procura do PMDB para propor a aliança nacional, intenção que se mostra em conflito com a análise concreta da situação.

Na maioria dos estados, a aliança com o PMDB é improvável ou mesmo inviável (ver texto da página 3). Em outros, há o risco de desestruturar o PT. A repercussão do esforço aliançista da direção nacional do PT implicou em colocar as candidaturas estaduais do partido

numa situação bastante desconfortável. Além disso, não ajudou nas negociações com os partidos que a resolução quer priorizar, uma vez que estes ficaram impactados com a "prioridade" dada ao PMDB.

A aliança nacional provável e desejável é com PC do B e PSB. É ela que deve se generalizar também nos estados. Agora, é o momento de compor a coordenação nacional da campanha com os partidos coligados e avançar no programa de governo.

neoliberalismo e de superação das limitações do atual governo. Assim, os resultados do 13º ENPT devem ser avaliados à luz da conjuntura e da luta política em curso no país.

### Resoluções aprovadas

O sentido geral desses textos é o de propor marcos programáticos que delineiam um governo de participação popular e de marcha para estruturar um paradigma pós-neoliberal para a economia e a sociedade brasileira. O texto sobre Diretrizes afirma que: "O nosso objetivo é de construir um Brasil de-

mocrático e popular, liberto da dependência externa, com soberania nacional e igualdade social. Não se trata, porém, de ficar preso à comparação com o medíocre governo FHC. Nem, tampouco, de propor uma simples continuidade do até aqui realizado. (...) Esse modelo resgata a esperança desatada pela candidatura Lula em 2002 e pelos 26 anos da história do PT. A realização desses objetivos não é um simples ato de vontade política. (...) Mas, sobretudo, dependerá dos avanços na democratização do Estado brasileiro e da intensa participação da so-

ciidade, construindo novas bases para a governabilidade, expandindo a cidadania, a participação popular e o protagonismo das entidades representativas dos trabalhadores e dos movimentos sociais, afirmando a soberania nacional e promovendo integração regional".

Destaca, ainda, que "o socialismo petista – nosso horizonte estratégico – é uma construção histórica e não um objetivo abstrato a ser atingido. O PG-2006 - sua formulação e implementação - tem de estar em sintonia com nossa visão mais ampla sobre o futuro do Brasil".

As teses apresentadas foram complementadas por um conjunto de emendas, dentre as quais o reforço do sentido crítico à política econômica, a afirmação da democracia participativa e da reforma agrária.

Por outro lado, a definição da política de alianças retrocedeu a um patamar semelhante ao das eleições de 2004. Sua consequência prática, no entanto, pode ter uma validade pequena, a depender das definições de outros partidos. As alianças sem critério programático que foram aprovadas podem não ser concretizadas pela

verticalização, pelo caráter fragmentado dos partidos de centro e de direita e, sobretudo, pela polarização política da conjuntura (ver box nesta página).

Também é importante destacar o manifesto dos sindicalistas apresentado ao 13º ENPT, que buscava expressar um conjunto de reivindicações dos sindicalistas petistas visando a um eventual futuro mandato capaz de superar as contradições do primeiro. Essa iniciativa deve ser reforçada e precisa refletir-se não apenas na ação política partidária, mas também na organização interna, com a presença orgânica dos sindicalistas na vida partidária.

#### A mídia e a questão ética

Nem bem terminou, o 13º ENPT foi apresentado pela grande mídia de acordo com seus próprios interesses em relação ao PT. Foi notória a tentativa de condenação de todo o partido justamente no momento em que este repudiou explicitamente condutas antiéticas, através de resolução do Encontro, repondo a necessidade da apuração de responsabilidade de dirigentes e parlamentares acusados de corrupção.

A resolução em questão também expressa a crítica aos métodos de organização partidária que permitiram esses desvios. O mais importante nisso é a afirmação de que não há conivência da maioria do partido com atos de corrupção de que foram acusados dirigentes e parlamentares do PT. Essa questão estava em "stand-by" após o PED, com seguidas derrotas no Diretório Nacional das propostas que apontavam para completar o processo de apuração e de posicionamento do partido.

Essa resolução reforçou o que já constava da tese de Conjuntura aprovada. A proposta aprovada determina ao Diretório Nacional definir prazos e procedimentos para apuração de casos específicos de acusações, garantido o direito de defesa; aprofunda a crítica ao modelo de centralização que vigorou no partido e a dependência eleitoral no financiamento partidário: "O 13º Encontro Nacional do PT considera que não se esgotou, no interior do PT, o processo de discussão sobre as origens da crise que vivemos em 2005 e de apuração de responsabilidades. (...) Considera que esse processo de averiguação possui uma dimensão individual e crítica; mas ao partido interessa, sobretudo, a dimensão coletiva e auto-crítica, porque estamos diante de um fenômeno de causa e solução sistêmicas".

No dia seguinte ao final do Encontro, o jornal *Folha de S. Paulo* estampou a manchete "PT enterra investigação de mensaleiros", revelando o empenho de parte da mídia em condenar o



César Ogata

**Militância.** Mais de mil delegados e delegadas deliberaram sobre as tarefas partidárias.

## Saldo positivo para DS e Coletivos

**Unificação.** Primeiro teste mostra acerto na estratégia.

No primeiro dia do Encontro, sexta-feira, reuniu-se a corrente em unificação, Democracia Socialista e Coletivos Socialistas. A reunião contou com expressiva presença de delegados e delegadas e apresentou acordo quanto aos pontos centrais de debate no Encontro e, sobretudo, quanto à necessidade de intensificar o processo de unificação e construção da nova corrente. Os debates do Encontro, seus resultados e os posicionamentos das diversas correntes petistas, reforçam essa conclusão. As intervenções na abertura

dos debates de cada texto-base, por Raul Pont e Arlete Sampaio, em nome dessa unificação (e não apenas em nome da chapa Coragem de Mudar), também foram expressivas desse processo.

O 13º ENPT foi um primeiro teste para a corrente que unifica DS e Coletivos Socialistas do PT, tendo apresentado um resultado muito positivo. Através de sua participação no Diretório Nacional, esse campo político contribuiu para a formulação de um novo patamar de orientação estratégica para o PT, expresso nas diretrizes de

programa e nas linhas táticas. Foi possível combinar o esforço de elaboração unitária com a manutenção de posições defendidas junto aos filiados do PT ao longo do PED.

Os avanços políticos obtidos e os revezes sofridos nas votações sobre alianças e sobre mudança do estatuto (contribuição financeira), temas caros à concepção de partido socialista, democrático e militante, mostram a necessidade de uma grande corrente petista nacional com um perfil coerente e de abri-la mais ainda aos que querem somar-se nessa luta.

conjunto do partido. O ataque da mídia à soberania do Encontro recoloca um tema muito decisivo para o PT: sua capacidade de estabelecer uma comunicação de massas com a sociedade e, sobretudo, com seus militantes e sua base social. Um grande esforço político e organizativo,

como foi o 13º Encontro nacional, parece frágil frente a uma manchete de um jornal burguês, ou ao noticiário da noite. Uma política de esquerda e a conquista de uma hegemonia de esquerda na sociedade implicam na construção de uma mídia de esquerda. Esse esfor-

ço deve também merecer a atenção do PT.

#### Mudanças no estatuto

Um aspecto bastante negativo no 13º ENPT foi a derrota da emenda que defendia a contribuição financeira mensal dos filiados e a auto-sustentação do

partido como uma das condições para assegurar sua independência política e sua democracia interna. A aprovação dessa emenda teria profundo impacto positivo como parte da necessária resposta do partido face à grave crise financeira e política que o assolou.

No tema Construção Partidária, foram incorporadas emendas que destacavam a necessidade da retomada dos núcleos (para efeito de representação no próximo Congresso e como instrumento de organização na campanha de 2006). A iniciativa pode ser vista como um sinal positivo do ponto de vista da organização do partido, já que tanto se falou, ao longo do último ano, em reatar a relação que o PT sempre manteve com a sua militância de base.

No entanto, a recusa a mudar o estatuto no ponto crucial da contribuição financeira dos filiados mantém a idéia de partido diluído, com relação frouxa com os filiados (e o risco de serem tratados como massa de manobra) e não convoca a base militante do PT para reerguer financeiramente o partido e garantir sua autonomia face ao risco que envolve a dependência de financiamento eleitoral.

#### Perspectivas do debate

O desejo de mudança expresso majoritariamente no PED, fortemente crítico à direção do antigo campo majoritário, foi parcialmente consolidado nas novas orientações programáticas. Carrega, no entanto, uma grande contradição entre elas e a políticas de alianças.

De outro lado, o impulso do PED não foi suficiente para superar o modelo eleitoral de organização partidária, praticado ao longo de 1995 a 2005. O 13º ENPT, assim como o novo Diretório Nacional, não avançou nesse ponto crucial. Esse debate, mais uma vez, fica adiado, e deve ser apreciado pelo III Congresso do partido, a se realizar em 2007. Nesse sentido, o único passo à frente, que não é desprezível, foi a decisão de dar continuidade ao processo de apuração de possíveis crimes contra o partido atribuídos a alguns dirigentes e parlamentares.

Mesmo observando mudanças significativas de posicionamento interno de correntes à esquerda em direção à antiga maioria – o que possibilitou a aprovação das posições sobre alianças e sobre finanças do partido – não parece possível falar da formação de uma "nova maioria" estável na direção do PT. O processo partidário parece mais complexo e sujeito aos debates que transcorrerão em meio à batalha eleitoral. Um novo "mapa" interno do PT dependerá desse processo interno-externo e dos debates preparatórios ao III Congresso.

# O 9º Concut e um tempo de possibilidades

De que lado você samba? Impedir o retorno do neoliberalismo deve ser tarefa da CUT.

Num contexto latino-americano bastante ímpar, o movimento sindical também precisa saber se localizar para potencializar as lutas da classe trabalhadora. Àqueles e àqueles que têm na CUT um instrumento de defesa da classe trabalhadora, interessa saber que não se devem desprezar as potencialidades de uma conjuntura regional onde a hegemonia imperialista está "trincada". Mas também, não se deve subestimar as dificuldades objetivas para se avançar rumo a um modelo econômico-social pós-neoliberal, mantendo um horizonte socialista.

Se é verdade que a vitória da candidatura Lula foi o resultado da conjunção da resistência popular e do enfraquecimento do neoliberalismo no país, também é verdade que, com a experiência de governo em curso, as contradições fizeram com que a base social que lutou por décadas a favor de um projeto alternativo de poder se confrontasse por diversas vezes com os rumos tomados pelo governo Lula. Ao mesmo tempo em que manteve políticas fiscais e monetárias com fortes traços neoliberais, também promoveu o fortalecimento do Estado em áreas-chave, como desenvolvimento de políticas de renda básica universal, uma gestão de bancos públicos (sobretudo o BNDES) orientada ao investimento produtivo e não às privatizações de estatais, busca de uma integração regional como contraponto à subordinação à ordem mundial imperialista.

O retorno do neoliberalismo significaria uma reforma trabalhista que retira direitos dos trabalhadores; a retomada das privatizações e das negociações com os EUA para a criação da Alca; privatização de bancos estaduais; adoção da política de déficit nominal zero; redução das despesas constitucionalmente obrigatórias em áreas como saúde e educação. Foi isso que enfrentamos nos 8 anos de FHC.

## Plataforma dos trabalhadores

É nesse contexto que acontecerá o 9º Concut. O desafio da Central é pressionar para a superação dos impasses provocados por opções feitas pelo governo, criando condições para avançar. A ação da CUT no último período demonstrou que a combinação entre mobilização e negociação resultou, por exemplo, no maior reajuste do salário mínimo das últimas décadas.

Desde 2003, a CUT vem consolidando reivindicações pela valorização do salário mínimo e



Tempo de mudança. A nova presidenta da CUT-RJ, Neuza Pinto, discursa no congresso da Central.

## Importante vitória no Rio de Janeiro

CUT-RJ. Chapa vitoriosa anuncia mudanças.

O Congresso Estadual da CUT-RJ terminou no último dia 21 de maio com uma importante vitória para a CSD (CUT Socialista e Democrática): a eleição de Neuza Luzia Pinto para a presidência da Central e a consolidação de um campo político que representa as mudanças que vem sendo construídas no PT.

Desde o PED, e mais recentemente no Encontro Estadual do PT, vem ganhando força, no estado, uma posição política que reorienta os rumos do partido. O lançamento da candidatura de Vladimir Palmeira ao governo e a defi-

nição de um arco de alianças em torno dos partidos de esquerda para as eleições deste ano foi possível pela unificação de setores da esquerda do partido, pelo deslocamento de setores do antigo campo majoritário, e principalmente, pela divisão no interior da Articulação.

A necessidade de reorientar os rumos da CUT-RJ foi o centro da preocupação de um campo político petista que expressava, no congresso, esse processo. Essa chapa apresentou a companheira Neuza (Sintufrj) candidata a presidenta. A Articulação Sindi-

cal se dividiu em duas chapas, sendo que uma das quais retirou sua candidatura à presidência para somar-se à chapa construída pela CSD.

Agora, a CUT-RJ passa a ser dirigida pelos setores que coordenam os mais representativos sindicatos do estado. Destaca-se, entre eles, o Sepe – Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação –, com uma representação de aproximadamente 25% do Congresso. O Sepe passa, agora por um processo eleitoral acompanhado de um plebiscito sobre a permanência de sua filiação à

CUT, e precisa de uma Central forte e unificada para se defender do divisionismo.

Cabe, agora, ao conjunto dos militantes cutistas no Rio organizar o combate que se aproxima. Nas palavras da nova presidenta da CUT-RJ: "A disputa interna se encerra aqui. A partir desta segunda-feira, é tarefa de todos e de todas fortalecer a unidade do movimento contra o retorno da direita e contra os ataques do divisionismo esquerdista. A CUT retornará às ruas, mobilizando a classe trabalhadora contra o seu verdadeiro inimigo: o neoliberalismo".

pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial. As duas marchas organizadas pela CUT, em aliança com outras entidades, fizeram com que o salário mínimo se tornasse uma agenda prioritária do movimento sindical e no cenário político nacional. Mas falta muito ainda: trata-se de se fazer uma campanha permanente, de mostrar que, para se obterem avanços mais consistentes, será necessário alterar a política econômica, vincular essa luta com as campanhas salariais das categorias, articulá-las com outras medidas de democratização da distribuição da renda no país. É preciso ir além, conquistar uma política permanente de valorização do salário mínimo em forma de lei.

É preciso combinar duas tarefas: impedir o retrocesso que significaria uma vitória da can-

didatura PSDB-PFL e o apoio à reeleição do presidente Lula, na perspectiva do avanço no projeto democrático-popular, pressionando pela aplicação da plataforma democrática que orientará as posições da CUT frente às ações do próximo governo. Essa plataforma deve ser consensuada com outros movimentos sociais, como o conjunto das entidades e movimentos que integram a CMS. Deve consolidar um programa para derrotar o projeto das forças do grande capital nacional e estrangeiro, que impuseram e pressionam pelo retorno do neoliberalismo.

Nesse sentido, uma importante iniciativa foi construída pelos sindicalistas do PT. O movimento recupera compromissos históricos do que deve ser um governo do PT através de um manifesto, a *Convocação aos*

*Sindicalistas do PT*, lançado durante o 13º Encontro Nacional do partido. Esse documento apresenta uma plataforma de reivindicações do sindicalismo cutista que têm se chocado com algumas das políticas centrais do Governo Lula.

## Derrotar o divisionismo

Num ano em que a conjuntura aponta para uma forte polarização eleitoral e social, setores sectários aprofundam uma política de divisão dos organismos unitários de luta e de organização da classe trabalhadora. O exemplo do CPERS – Centro do Professorado do Estado do Rio Grande do Sul – é lastimável. Em assembleia do sindicato, numa união entre esses setores sectários e outros ligados à direita no estado, inclusive ao PPS de Fogazza e ao PMDB de Rigotto, aprovou-se que o sindi-

cato interrompesse sua contribuição mensal à CUT.

Neste período que antecede o Congresso da CUT, esses mesmos setores fazem da discussão em torno ao apoio à reeleição de Lula uma justificativa para novas atitudes divisionistas que apontam para o rompimento com a Central, atitude que enfraqueceria o principal instrumento sindical construído por trabalhadores e trabalhadoras no país. E contraria a idéia de frente única da classe trabalhadora justamente num momento em que a unidade é tão necessária. As portas abertas por um governo do PT serão potencializadas num ambiente de fortalecimento do sindicalismo combativo e da CUT, em torno a propostas históricas e a novas elaborações que favoreçam o avanço da classe num processo de transformações.

# A superação da crise através de novos rumos

Leituras da crise. A saída a partir da renovação do compromisso com democracia e socialismo.

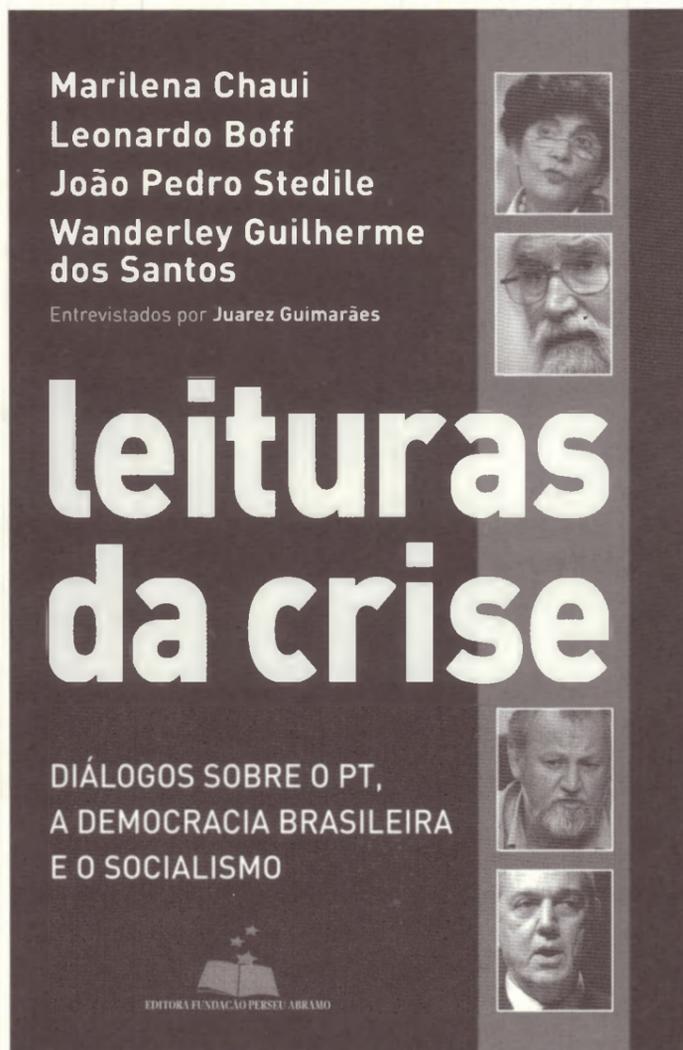
O livro de entrevistas editado por Juarez Guimarães (*Leituras da crise - diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo*, da Editora Fundação Perseu Abramo) procura dar conta de um momento e de seu porvir. O momento é o da tentativa de desconstituir o PT e o Governo Lula. Atacado pela direita e pela esquerda (que saiu da esquerda), o partido parecia destinado ao fim. Os entrevistados, Marilena Chauí, Leonardo Boff, Wanderley Guilherme dos Santos e João Pedro Stedile, desvendam o ataque e propõem novos rumos de desenvolvimento dessa experiência, que continua singular. Com a palavra, o autor das entrevistas.

**Jornal DS - O que pretende ser a novidade do livro?**

**Juarez Guimarães** - Talvez a grande novidade seja a de, no pluralismo de suas vozes, apontar para uma agenda de renovação e aprofundamento dos compromissos do PT com a democracia e o socialismo.

Em geral, predominou na mídia brasileira uma forte tendência anti-petista ou anti-governo Lula, que levou a um obscurecimento das raízes e dimensões reais da crise vivida. E o próprio PT ficou no meio do caminho de uma avaliação mais profunda e sistemática dos erros cometidos, a partir de seus valores.

Quando Marilena Chauí denuncia a partidarização da mídia e cobra do PT um esforço no sentido de contribuir para a construção de uma ética da política, quando Wanderley Guilherme dos Santos cobra tolerância democrática dos adversários do PT e que este partido esclareça a natureza de seus vínculos com o mundo dos interesses privados, quando João Pedro Stedile reivindica uma nova relação com as lutas sociais e Leonardo Boff propõe a reconstituição de uma cultura plena da emancipação, eles estão configurando, a partir de seus diferentes lugares sociais e na cultura brasileira, uma agenda pública de renovação não apenas do PT, mas da própria democracia brasileira.



**Diálogos.** Entrevistados configuram uma agenda de renovação do PT e da democracia brasileira.

**Jornal DS - Tomando a entrevista com Marilena Chauí, o que se poderia extrair para o movimento de refundação do PT?**

**Juarez** - O movimento pela

"refundação do PT" não significa o retorno à sua origem. Mas sim, pensar os desafios da experiência vivida de governar o país, a partir dos valores funda-

"Sem cultura socialista, o PT fica sem referência para se opor às dimensões liberais ou patrimonialistas do Estado brasileiro"

cionais do PT, de sua identidade, os valores do socialismo democrático.

Qual a pergunta que visita e unifica as quatro entrevistas do livro? É a de qual Estado de transição o PT propõe para se alcançar uma sociedade socialista e democrática. Uma resposta a esta pergunta não é banal e não está ainda configurada na cultura do socialismo. Transitar para uma sociedade socialista a partir e através do aprofundamento da democracia, dos espaços públicos, é uma experiência que ainda não foi vivida pela humanidade. Uma resposta a essa pergunta não pode ser especulativa ou baseada em um "a priori", em um programa definido previamente à experiência. Pelo contrário, deve dia-

logar com as experiências de emancipação do povo brasileiro e internacionais, nos planos prático e teórico. E constitui talvez o desafio grandioso e rico de humanidade das nossas vidas.

**Jornal DS - Como comparece o tema do socialismo no debate atual?**

**Juarez** - Retomar e desenvolver uma cultura da emancipação anti-capitalista no século XXI é o grande norte da entrevista de Leonardo Boff, que a formula nos marcos da teologia. Certamente, não é preciso apoiar-se na fé para concordar com pontos de vista fundamentais ali expressos.

O fato é que sem cultura socialista, sem a retomada e aprofundamento dessa cultura socialista, o PT fica sem referência para opor às dimensões liberais ou patrimonialistas do Estado brasileiro uma ética do público, pluralista e universal, que permita a máxima auto-emancipação. Essa cultura socialista do PT deveria dialogar e procurar sínteses com a cultura popular brasileira que, em seus momentos mais expressivos, é comunitarista e tece a bela imaginação de uma civilização fundada na felicidade pública.

## Fundação Nativo da Natividade e formação política

Formar à esquerda. Livro expõe a atualidade de uma formação socialista.

Eduardo Tadeu Pereira

### A Fundação

Nesse contexto de desenvolvimento da formação, respondendo às conjunturas e projetos políticos das organizações dos trabalhadores no Brasil ao longo do século, a atuação da Fundação Nativo da Natividade traz, ao nosso ver, algumas contribuições centrais no sentido de recuperar a possibilidade e a necessidade de uma formação política e ideológica que reacenda a luta pela construção do socialismo.

É preciso ressaltar que o instituto de formação, objeto desse estudo, foi fundado em 1988, levando o nome do presidente assassinado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde, em Goiás, com o objetivo de juntar alguns dos grupos minoritários do PT e se contrapor ao projeto do então grupo majoritário, consolidado em torno do Instituto Cajamar. Participaram do processo de criação da Fundação a DS (Democra-

cia Socialista), o PRC (Partido Revolucionário Comunista), o agrupamento que viria a se unificar na Vertente Socialista, o Fórum Socialista e Setores da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

O projeto da Fundação Nativo da Natividade consegue construir uma posição que revaloriza o conteúdo da teoria, na forma de conhecimento acumulado, ao mesmo tempo em que acentua a necessidade de uma formação democrática, portanto não dogmática, e ainda ideológica, no sentido gramsciano de forma de ver o mundo, de cultura, portanto de vivência de valores, costumes, comportamentos e sentimentos que encaminhem no sentido da construção de uma nova hegemonia na sociedade de caráter solidário e socialista.

### Formação política hoje

Essa concepção de formação política, que incorpora uma vertente teórica e outra

ideológica, é fundamental para a retomada da formação de militantes políticos nesse período de dura batalha contra o neoliberalismo, contra o fim da história apregoado em nível mundial e que chega a nós na forma de "todos são iguais", o que, no fundo, representa a mesma pregação da falta ou impossibilidade de alternativas.

Nessa conjuntura paradoxal, em que a esquerda avança na América Latina ao mesmo tempo em que buscam nos encurralar com o manto da corrupção, a formação política e ideológica precisa ser retomada, com a formação de novos quadros, de militantes com clareza teórica e firme convicção ideológica. É preciso, assim, retomar a formação política pluralista, conteudista e revolucionária que existia, como projeto e perspectiva, na Fundação Nativo da Natividade.

Eduardo Tadeu Pereira é prefeito de Várzea Paulista (SP) e autor do livro *Formar à esquerda*.

# A nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia

**Solidariedade internacional.** O projeto de integração sul-americana a teste.

Na sua primeira manifestação pública quanto à nacionalização dos hidrocarbonetos pela Bolívia, o governo Lula afirmou que "a decisão do governo boliviano de nacionalizar as riquezas de seu subsolo e controlar sua industrialização, transporte e comercialização, é reconhecida pelo Brasil como ato inerente à sua soberania".

Não foi um ato trivial, já que uma das principais afetadas pela nacionalização foi um "símbolo nacional" do Brasil, a Petrobras, empresa sobre a qual o Estado brasileiro mantém o controle. Além disso, um dos objetivos declarados do governo boliviano era, também, renegociar para aumentar o preço do gás vendido ao Brasil e à Argentina.

À procura de argumentos para combater a perspectiva da reeleição do Lula, os neoliberais (seus órgãos partidários, sua imprensa, seus intelectuais) tiveram um rápido e conveniente surto "nacionalista". Claro que esse "nacionalismo" se aplicaria contra um país pobre e fraco, e não foi aplicado nas relações com as potências imperialistas quando eles foram governo.

Mas na origem do problema estão esses mesmos neoliberais. Foi o governo FHC que impulsionou que a Petrobras se transformasse em uma empresa petroleira igualzinha a qualquer outra multinacional do setor. Para amarrá-la nessa perspectiva, foram vendidas 32% das ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque, submetendo a empresa também à legislação estadunidense e de investidores desse país. Assim, a Petrobras desenvolveu suas atividades na Bolívia com o mesmo estilo predatório das outras petroleiras estrangeiras ali.

Os governos neoliberais bolivianos dos anos 1990 desnacionalizaram a exploração dos hidrocarbonetos passando por



**Novo paradigma.** Presidentes discutem a nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia.

cima da própria Constituição do país, e com evidente conjugação entre vantagens para as multinacionais e benefícios para os governantes. Além disso, a estranha presença da gigante multinacional norte-americana Enron (que pouco depois faliu num escândalo de corrupção de sua diretoria) na implementação do gasoduto Bolívia-Brasil reforça outras suspeitas. Foi em meio a essa lama que FHC lançou a Petrobras na Bolívia.

Ainda no último ano do seu governo, FHC fez a "Petrobras Bolívia" depender de uma empresa subsidiária da Petrobras na Holanda. Tudo para que as operações dela no país ficassem sob a jurisdição de um "acordo de proteção de investimentos" que os neoliberais bolivianos assinaram com a Holanda. Isto é, a empresa brasileira na Bolívia está protegida enquanto empresa "holandesa"! O mesmo ardil tem sido usado por multinacionais de outros países contra a Bolívia. E esse

acordo permite às multinacionais reivindicar ampla indenização até por expectativas de lucros que não se realizaram!

Assim, o repentino "nacionalismo" dos neoliberais brasileiros tenta legitimar mais um elemento da "herança maldita" dos tempos FHC.

## Versões e fatos

O pseudo-nacionalismo da direita brasileira quer passar por cima de alguns fatos-chave. Primeiro, a Petrobras - assim como todas as outras petroleiras estrangeiras - vem operando na Bolívia com contratos ilegais. A Constituição manda que eles sejam aprovados pelo Congresso boliviano, mas nunca foram. A corte suprema de justiça da Bolívia, anos atrás, sentenciou pela nulidade desses contratos. A Constituição, um plebiscito realizado em 2004 e uma lei aprovada em 2005 na anterior legislatura definiram outras bases para serem negociadas com as empresas estrangeiras do se-

tor. O governo Evo está atuando nesse marco.

Em segundo lugar, o governo Evo Morales está realizando auditorias em cada uma das empresas para verificar possíveis e muito prováveis irregularidades. No caso da Repsol (capital espanhol-argentino), já foi comprovada a prática de contrabando e já há diretores enquadrados na lei.

Nesse ponto, vale a pena um registro. Foi muito comentada a presença de técnicos enviados pelo governo venezuelano para auxiliar ao governo boliviano. Acontece que a privatização do setor destruiu a capacidade técnica boliviana, e não seria lógico que esse país solicitasse à Petrobras que enviasse técnicos para ajudá-los em auditorias às quais a própria Petrobras tem que ser submetida.

Terceiro, a Bolívia não está se propondo a expulsar o capital estrangeiro, mas quer que o controle das operações passe ao Estado boliviano com a

maioria das ações das empresas. Como sintetizou Evo Morales: querem "sócios", não "patrões". A questão de como e em quanto indenizar as empresas é um tema que ainda está em aberto - inclusive porque o governo tem que apurar se essas empresas devem reparar eventuais prejuízos contra a economia nacional.

Quarto, o Brasil compra gás da Bolívia a um preço inferior ao que se pratica no mercado mundial. É lógico e normal que o vendedor queira majorá-lo.

Buscando desqualificar o governo Lula a partir de sua política internacional, a direita neoliberal se arma para garantir a defesa do imperialismo, seja na relação do Brasil com os demais países latino-americanos, seja na relação com os países do centro do capitalismo mundial. Mais uma vez, a atitude expressa o esvaziamento programático de que esse setor foi acometido após 8 anos de governo tu-

## Nacionalismo, negócios e integração dos povos

**Outra perspectiva.** Transcender o nacionalismo e superar o neoliberalismo.

O nacionalismo faz parte de uma abordagem progressista das relações internacionais quando um país do terceiro mundo o utiliza contra as pretensões imperialistas do capitalismo central. No entanto, o nacionalismo é totalmente insuficiente, e inclusive, contraditório, quando é aplicado às relações entre países do sul que são aliados em um projeto de integração que é o meio de construir uma contra-hegemonia ao projeto imperialista na região.

Isso ficou claro no conflito entre Argentina e Uruguai em relação às plantas de celulose, em que, em ambas as margens do rio, cada governo buscou se apresentar defendendo "seu interesse nacional" frente ao outro e obtendo altíssimos índices de aprovação da opinião pública no seu embate contra o vizinho.

Se alguma coisa há que se questionar da iniciativa do governo Evo é justamente "o discurso" nacionalista com o qual

buscou arregimentar apoios de setores conservadores, porém, nacionalistas. Daí o recurso à presença de militares no ato de lançamento do decreto, a reivindicação das duas anteriores nacionalizações realizadas por governos militares e as referências à Guerra do Chaco (em que Paraguai e Bolívia lutaram a mando das multinacionais petroleiras da Inglaterra e Estados Unidos, respectivamente, mas que acende o fervor patriótico de ambos lados da fronteira).

Do outro lado da fronteira, é evidente que uma perspectiva democrática-popular de política externa pró-integração (como é a política do governo Lula) não pode se basear no fomento dos negócios predatórios de empresas e empresários brasileiros nos países vizinhos (herança dos anos neoliberais no Brasil e na região). O paradigma neoliberal de que "a expansão dos negócios" resolverá os problemas das populações locais é falso tanto na Bo-

lívia como no Brasil. Em suma, uma perspectiva de integração dos povos, que é defendida pelos governos Evo e Lula, tem que transcender o "nacionalismo", mas também tem que se alicerçar sobre outro paradigma econômico e social que o herdado do neoliberalismo. O governo Lula deu um passo importante e positivo no primeiro quesito, superar os impasses do segundo será um dos desafios a enfrentar num novo mandato.